



DIREITOS FEMININOS

Erika Hilton assume Comissão da Mulher

Deputada é a primeira trans a comandar o colegiado. Ela estuda ir ao Conselho de Ética da Câmara contra os comentários que classificou de transfóbicos das parlamentares ligadas às correntes conservadoras da Casa, que criticaram a escolha

» DANANDRA ROCHA

A deputada federal Erika Hilton (PSol-SP) foi eleita, ontem, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados. É a primeira vez que uma mulher trans assume o comando do colegiado. Houve protesto das bolsonaristas e a parlamentar estuda recorrer ao Conselho de Ética contra as falas transfóbicas.

O pleito foi em dois turnos. No primeiro, apesar de Erika concorrer com chapa única, não alcançou o número necessário para ser confirmada na presidência da comissão. Foram registrados 10 votos favoráveis e 12 em branco, o que impediu a eleição naquele momento. Como os votos em branco não atingiram a maioria absoluta — eram necessários 13 —, a presidente da comissão, Célia Xakriabá (PSol-MG), abriu uma segunda votação, em que bastava maioria simples. Assim, Erika foi escolhida com 11 votos favoráveis e 10 em branco.

Depois de assumir o cargo, Erika afirmou que pretende concentrar o trabalho do colegiado em políticas públicas voltadas à proteção e à dignidade das mulheres. As bolsonaristas questionaram a escolha de uma mulher trans para o comando do colegiado e deputadas como Chris Tonietto (PL-RJ) e Clarissa Tércio (PP-PE) afirmaram que a comissão deveria ser presidida por uma mulher cisgênero. Elas criticaram, também, aquilo que classificaram como “ideologização” da pauta.

“Não podemos concordar com a entrega desta comissão, que deveria zelar pela dignidade da mulher, da vida e da família, a uma pauta que desvirtua a própria essência feminina”, disse Chris Tonietto. Clarissa Tércio, por sua vez, considerou que o colegiado deveria ser presidido por uma “mulher de fato” — argumentou, ainda, que a eleição de Erika é um retrocesso para a pauta feminina.

O incômodo com a eleição da deputada do PSol para comandar

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Fui eleita a primeira travesti, mulher trans, presidenta da Comissão das Mulheres, criando um marco histórico. Vamos trabalhar por todas as mulheres — pelas meninas, pelas mulheres trans, pelas mulheres cis, pelas mães e pela dignidade das mulheres”

Deputada Erika Hilton (PSol-SP)

a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara causou incômodo até mesmo no Senado. Em discurso no plenário da Casa, Damares Alves (Republicanos-DF) criticou a escolha, que, para ela, representaria um risco aos espaços historicamente ocupados por mulheres.

“Não posso permitir que um movimento no Brasil queira me tirar, inclusive, o direito de eu falar na tribuna que eu sou mulher”, afirmou.

Damars acrescentou que reconhece a necessidade de defesa dos direitos de pessoas trans, mas argumentou que a Comissão da Mulher deveria ser ocupada por mulheres “que nasceram mulheres”. “Sou mulher, eu nasci mulher e ninguém vai tirar o meu direito de falar que eu sou mulher”, disse.

A senadora também afirmou que, embora reconheça que pessoas trans mereçam espaços para a

defesa de seus direitos, a presidência do colegiado — que debate políticas voltadas às mulheres — não deveria, em sua visão, ser ocupada por uma parlamentar trans.

Reação às críticas

Ao **Correio**, Erika minimizou as críticas à sua eleição e disse que o foco da comissão deve ser o enfrentamento de problemas estruturais que afetam as mulheres no país. “Estou preocupada mais com o fato de que vamos trabalhar em prol da dignidade das mulheres. Precisamos enfrentar o feminicídio, a cultura do estupro, a violência doméstica e facilitar legislações que salvem a vida das mulheres”, afirmou.

A parlamentar acrescentou que pretende transformar o colegiado em um espaço de acolhimento e debate sobre propostas legislativas relacionadas à pauta feminina.

Segundo Erika, o objetivo é evitar disputas ideológicas que, em sua avaliação, desviem o foco das políticas públicas.

“Quero fazer da comissão um espaço de escuta e acolhimento das mulheres, mas, também, de discussão de legislações que tratem da vida das mulheres. Está decidido por maioria: fui eleita a primeira travesti, mulher trans, presidenta da Comissão das Mulheres, criando um marco histórico. Vamos trabalhar por todas as mulheres — pelas meninas, pelas mulheres trans, pelas mulheres cis, pelas mães e pela dignidade das mulheres”, frisou.

As demais integrantes da mesa diretora são as deputadas Laura Carneiro (PSD-RJ), como primeira vice-presidente; Delegada Adriana Accorsi (PT-GO), como segunda vice; e Socorro Neri (PP-AC), como terceira vice-presidente.

PL garante a posse de spray

» LETÍCIA CORREIA*

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) 727/26, que permite a posse, o porte, a comercialização, aquisição de aerossóis e extratos vegetais, como o spray de pimenta, para fins de defesa pessoal. O texto, que será remetido ao Senado, autoriza a compra do dispositivo por mulheres a partir dos 16 anos, com autorização do responsável legal.

O PL é de autoria da deputada Gorete Pereira (MDB-CE). Antes de, eventualmente, ser liberado o acesso, o produto precisará ser examinado e regulamentado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Exército.

Atualmente, a permissão para a compra depende da legislação específica do estado ou município onde a mulher reside. Em locais sem lei específica, o porte de spray de pimenta para defesa pessoal pode levar à interpretação de ser restrito às forças de segurança.

Para adquirir o dispositivo, a mulher deverá apresentar documento com foto, assinar uma autodeclaração de que não foi condenada por crime de violência e informar o endereço de onde mora. Os estabelecimentos guardarão os dados da compradora por cinco anos. Segundo a relatora do PL, deputada Gisela Simona (União-MT), “não basta dizer que o crime é inaceitável: é preciso permitir que a potencial vítima tenha o meio necessário para evitá-lo”. Ela afirmou que o spray destina-se apenas à neutralização temporária do agressor, permitindo a fuga da vítima e a identificação do infrator pela polícia.

É justamente a inabilitação para o uso a principal crítica de quem é contrário à facilitação do acesso. Segundo a deputada Erika Kokay (PT-DF), “o spray de pimenta que não contém a substância OC (abreviação de **Oleoresin Capsicum**) cumpre a função de autodefesa e não coloca em risco a vida da própria mulher. Conversava com pessoas que trabalham com isso e disseram que se a mulher acionar o spray contra o homem e se, porventura, a mão dela é desviada e atinge essa mulher, pode perder a visão se o jato alcançar o olho”.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Substância tóxica

O **Oleoresin Capsicum** (comumente abreviado como OC) é um extrato natural concentrado obtido a partir de pimentas do gênero *Capsicum* (como a malagueta ou a caiena). Diferente do pó de pimenta comum, é um óleo resinoso que contém altas concentrações de capsaicina, o composto químico responsável pela sensação de ardor e calor. Ao entrar em contato com os olhos, mucosas e pele, causa inflamação imediata, fechamento involuntário das pálpebras, tosse e sensação de queimação intensa. Os efeitos costumam durar de 20 a 90 minutos, mas, geralmente, não deixam danos permanentes.

Ministra adverte para estado de “barbárie”

» IAGO MAC CORD

Para a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), o Brasil vive um cenário de “barbárie” por causa das estatísticas sobre a violência contra as mulheres. A crítica foi feita, ontem, no evento “Todas e Todos Contra o Feminicídio”, realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

“Não falo em recivilização porque não falo em civilização em um local em que matam pessoas. Matam crianças, matam meninas. Fisicamente, socialmente, intelectualmente, psicologicamente. Isso não é uma civilização; é um simulacro que ainda não chegou ao aspecto civilizatório de uma humanidade que rejeita a barbárie”, observou.

A ministra também criticou a estratégia de alguns advogados de atacar a vida pregressa das vítimas para justificar o crime. Ela reforçou que a resistência feminina é o que mantém vivo preceito constitucional de uma sociedade livre, justa e solidária.

Para o presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo, o feminicídio

é a falha do Estado em sua rede de proteção. Por conta disso, anunciou o início de uma fiscalização para avaliar a eficácia das políticas públicas de proteção à mulher e o combate ao homicídio de gênero.

“Feminicídio é a forma mais extrema da violência contra a mulher e ele não aparece de repente, não nasce de um único episódio. O feminicídio é, quase sempre, o último capítulo de uma sequência de violências — ameaças, agressões verbais, morais, humilhações, controle, medo. Violências que, por vezes, são denunciadas e perguntas que nem sempre encontram a tempo, no momento, uma resposta eficaz do Estado”, observou.

Segundo Vital do Rêgo, “o TCU não apenas atua fiscalizando contas, atua avaliando políticas públicas e ajudando o Estado brasileiro a funcionar melhor para o cidadão. E, ao longo dos últimos anos, temos procurado contribuir para o enfrentamento da violência contra as mulheres por meio de diversos trabalhos de fiscalização”.

Samuel Figueira/TCU



Cármen Lúcia criticou estratégia de advogados de desqualificar vítimas

Escalada

Representando o Ministério das Mulheres, a ministra substituta Eutália Barbosa afirmou que o Brasil enfrenta uma escalada alarmante na violência de gênero. Segundo ela, foram 1.548 mortes de mulheres por feminicídio em 2025, o que

representa um aumento de 6% em relação ao ano anterior.

“(O feminicídio) não acontece do dia para a noite, não acontece por acaso. É o resultado, infelizmente, de um histórico de violações e de violências contra a mulher e contra as mulheres. Trata-se de um fenômeno complexo, estrutural,

multifatorial”, disse.

Eutália detalhou os avanços legislativos recentes que tentam conter a impunidade, como a Lei 14.994/24, que agravou as punições para o crime de feminicídio — antes uma qualificadora do homicídio. A ministra substituta citou a atual investigação da Polícia Federal (PF) contra jovens na faixa dos 20 anos que publicaram vídeos incitando a agressão de mulheres.

“Passamos por um período de apagão e de criminalização do debate sobre igualdade de gênero. É como se tivéssemos gerado um salvo-conduto no qual homens se sentem absolutamente à vontade para violar e tomar corpos femininos”, lamentou.

Já a deputada Célia Xakriabá (PSol-MG), que passou a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara para a colega Erika Hilton (PSol-SP), defendeu que o assassinato de mulheres no Brasil seja tratado como uma “pandemia”. “A luta contra o feminicídio é a luta da reumanização, porque sabemos que um Brasil que caminha pra frente não pode chegar adiante matando mulheres. Nós podemos fazer o enfrentamento”, exortou.